

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** RS001529/2011  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 22/08/2011  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR042181/2011  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46218.011301/2011-85  
**DATA DO PROTOCOLO:** 19/08/2011

Confira a autenticidade no endereço <http://www.mte.gov.br/mediador>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DEPELOTAS, CNPJ n. 92.237.254/0001-46, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ACIR CAMARGO MOURA;

E

SIND DAS IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DO R G S, CNPJ n. 92.973.734/0001-75, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO VANZETTO GARCIA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2011 a 30 de abril de 2012 e a data-base da categoria em 1º de maio.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **trabalhadores da construção civil**, com abrangência territorial em **Capão do Leão/RS, Pedro Osório/RS e São Lourenço do Sul/RS**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO****PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS**

A partir de 1º de maio de 2011, ficam assegurados, aos segmentos da categoria abaixo mencionados, os seguintes pisos salariais por hora, ou seu equivalente em mês ou dia:

SEGMENTOS	PISO/HORA	Piso/Mês
SERVENTES DE OBRA	R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos)	R\$ 600,60 (seiscentos reais e sessenta centavos)

<b>MEIO-OFCIAIS</b>	<b>R\$ 3,15</b> (três reais e quinze centavos)	<b>R\$ 693,00</b> (seiscentos e noventa e três reais)
<b>OFICIAIS NOS PRIMEIROS 60 DIAS DE CONTRATO</b>	<b>R\$ 3,80</b> (três reais e oitenta centavos)	<b>R\$ 836,00</b> (oitocentos e trinta e seis reais)
<b>OFICIAIS APÓS OS PRIMEIROS 60 DIAS DE CONTRATO</b>	<b>R\$ 4,00</b> (quatro reais)	<b>R\$ 880,00</b> (oitocentos e oitenta reais)
<b>APRENDIZES*</b>	<b>R\$ 2,60</b> (dois reais e sessenta centavos)	

\* *APRENDIZES* referidos pelo Decreto nº 5.598, de 1º/12/2005 (Diário Oficial da União de 02.12.2005).

**Parágrafo Primeiro.** Ficam estabelecidos os seguintes pisos fixados a partir de 1º de janeiro de 2012, decorrentes de mera **antecipação compensável**, correspondente a 1,5% (um e meio por cento), incidente sobre o valor dos pisos vigentes em 1º de maio de 2011, ressalvados os arredondamentos.

<b>SEGMENTOS</b>	<b>PISO/HORA</b>	<b>PISO/MÊS</b>
<b>SERVENTES DE OBRA</b>	<b>R\$ 2,77</b> (dois reais e setenta e sete centavos)	<b>R\$ 609,40</b> (seiscentos e nove reais e quarenta centavos)
<b>MEIO-OFCIAIS</b>	<b>R\$ 3,20</b> (três reais e vinte centavos)	<b>R\$ 704,00</b> (setecentos e quatro reais)
<b>OFICIAIS NOS PRIMEIROS 60 DIAS DE CONTRATO</b>	<b>R\$ 3,86</b> (três reais e oitenta e seis centavos)	<b>R\$ 849,00</b> (oitocentos e quarenta e nove reais)
<b>OFICIAIS APÓS OS PRIMEIROS 60 DIAS DE CONTRATO</b>	<b>R\$ 4,06</b> (quatro reais e seis centavos)	<b>R\$ 893,20</b> (oitocentos e noventa e três reais e vinte centavos)
<b>APRENDIZES*</b>	<b>R\$ 2,64</b> (dois reais e sessenta e quatro centavos)	

\* *APRENDIZES* referidos pelo Decreto nº 5.598, de 1º/12/2005 (Diário Oficial da União de 02.12.2005).

**Parágrafo segundo.** No segmento profissional dos oficiais, acima referido, consideram-se os pedreiros, ferreiros, carpinteiros, oficiais eletricitas e oficiais hidráulicos.

**Parágrafo terceiro.** Os aprendizes referidos nos quadros de pisos, acima apresentados, são aqueles maiores de 14 anos e menores de 24 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, que celebram contratos de aprendizagem nos termos do artigo 428 da CLT e do Decreto nº 5.598, de 1º/12/2005, publicado no diário Oficial da União de 02/12/2005.

**Parágrafo quarto.** Os pisos fixados para janeiro/2012, referidos no parágrafo primeiro desta

cláusula, não formarão base de cálculo para eventuais reajustes posteriores dos pisos salariais da categoria profissional, ficando desde já estabelecido pelas partes, que a antecipação referida no parágrafo primeiro será objeto de compensação em correção dos pisos que venha a ser concedida por ocasião da próxima data-base, bem como em qualquer outra hipótese de concessão de reajustamento compulsório, seja por força de sentença normativa ou de lei superveniente, mesmo que em data-base diversa daquela prevista pelas partes. Estabelecido, ainda, que os pisos fixados em 1º de maio de 2011, formarão base de cálculo para eventuais reajustes posteriores dos pisos salariais da categoria profissional.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo suscitado concederão aos empregados integrantes da categoria profissional, representada pelo suscitante, a partir de 1º/05/2011, uma correção salarial de 8,36% (oito vírgula trinta e seis por cento) sobre os salários-base praticados em 1º/05/2010.

**Parágrafo primeiro.** Em 1º de janeiro de 2012, os salários, reajustados nos termos do *caput* desta cláusula, terão uma majoração de 1,5% (um e meio por cento), a título de **antecipação**, ficando desde já estabelecido pelas partes, que a referida antecipação será objeto de **compensação** em correção dos salários que venha a ser concedida por ocasião da próxima data-base, bem como em qualquer outra hipótese de concessão de reajustamento compulsório, seja por força de sentença normativa ou de lei superveniente, mesmo que em data-base diversa daquela prevista pelas partes.

**Parágrafo segundo.** Serão objeto de compensação todos os reajustes ou majorações salariais ocorridos no período revisando, tenham sido eles espontâneos ou compulsórios, não sendo compensáveis, contudo, as situações decorrentes de término de aprendizagem, promoção por merecimento e antiguidade, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, bem assim de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

**Parágrafo segundo.** Em nenhuma hipótese o empregado mais novo na empresa poderá vir a perceber salário superior ao do empregado mais antigo na mesma função, por força da proporcionalidade ajustada no parágrafo primeiro acima.

**Parágrafo terceiro.** Para os empregados admitidos após a data de 1º /Maio/2010, será observada a seguinte tabela de proporcionalidade:

Tabela da proporcionalidade da correção dos 8,36%			
ADMITIDOS ATÉ	%	ADMITIDOS ATÉ	%
15/05/2010	8,36	15/01/2011	2,71
15/06/2010	7,64	15/02/2011	2,03
15/07/2010	6,92	15/03/2011	1,35
15/08/2010	6,21	15/04/2011	0,67
15/09/2010	5,50	30/04/2011	0,34
15/10/2010	4,79		
15/11/2010	4,10		
15/12/2010	3,40		

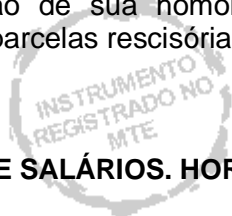
**Parágrafo quarto.** Fica mantida a data-base de 1º de maio, para todos os efeitos legais.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS

Tendo em vista a necessária homologação do presente acordo, para a sua validade legal, as partes ora acordantes estabelecem que as diferenças salariais devidas aos empregados decorrentes do presente instrumento, serão satisfeitas na folha de pagamento do mês subsequente ao mês da publicação da homologação do presente acordo.

**Parágrafo único.** Os empregados demitidos entre a data de início de vigência do presente acordo e a data da publicação de sua homologação receberão as diferenças eventualmente devidas através de rescisão complementar na forma e prazos acima estipulados, e os demitidos posteriormente a data da publicação de sua homologação, acima referida, receberão as diferenças no ato do pagamento das parcelas rescisórias.



#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS. HORÁRIO DESTINADO**

As empresas, na medida de suas disponibilidades, efetuarão o pagamento de seus empregados dentro do horário normal de trabalho. Sempre que o pagamento for efetuado após a jornada de trabalho, o empregado receberá como extraordinário, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal de serviço, o tempo despendido para o recebimento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO NA FREQUÊNCIA DO PAGAMENTO DE SALÁRIOS**

Fica autorizado às empresas a alteração de frequência do pagamento de salários de seus trabalhadores, de modo a transformá-la em frequência mensal. As empresas que desejarem se valer da presente autorização ficarão obrigadas, contudo, a concessão de adiantamentos quinzenais a seus empregados de valor líquido não inferior a 40% (quarenta por cento) do valor do salário bruto mensal do trabalhador. Os valores pagos a título de vales aqui acordados serão compensados por ocasião do pagamento dos salários do respectivo período. O exercício do direito aqui autorizado deverá ocorrer mediante concordância expressa e individual dos empregados.

### **DESCONTOS SALARIAIS**

#### **CLÁUSULA OITAVA - DESCONTO ALIMENTAÇÃO**

As empresas que fornecerem alimentação a seus empregados deverão observar os limites fixados em lei para o desconto desta utilidade.

### **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS**

#### **13º SALÁRIO**

#### **CLÁUSULA NONA - GRATIFICAÇÃO NATALINA E BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO**

As empresas pagarão a gratificação natalina aos empregados que permanecerem afastados do serviço, em gozo de benefício previdenciário, desde que superior a 15 dias e inferior a 180 dias.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO FUNERAL**

Na hipótese de falecimento do empregado em virtude de acidente do trabalho ocorrido no canteiro de obras, a empregadora se obrigará a suportar as despesas do enterro até o limite de 02 (dois) salários normativos da categoria, vigente à época do fato, corrigido se for o caso. Estarão desobrigadas da obrigação acima, as empresas que mantenham em favor de seus empregados seguro que cubra os valores pactuados nesta cláusula.

**Parágrafo Único.** Este benefício, por seu caráter assistencial e não remuneratório, não incide sobre outros créditos de natureza contratual, nem tem reflexos previdenciários ou tributários.

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA**

Fica recomendado, às empresas, a implantação de seguro de vida em grupo em favor de seus empregados.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE TRANSPORTE**

As empresas que concederem a seus empregados somente a metade do Vale Transporte, assim considerados os que não o utilizam para o retorno no intervalo da jornada entre a manhã e a tarde, poderão somente descontar 3% (três por cento) do respectivo salário.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES**

### **DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PARCELAS RESCISÓRIAS**

Quando as parcelas rescisórias não forem satisfeitas em dinheiro, as empresas obrigam-se a pagar com cheque da praça, nominal ao empregado, exceto se o mesmo for analfabeto, quando será, sempre, em moeda corrente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO MENOR**

Os menores de 18 (dezoito) anos serão sempre assistidos, nas rescisões de seus contratos de trabalho, pelo Sindicato Profissional, independente da duração do mesmo, sob pena de nulidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS RESCISÓRIOS**

Os empregadores se obrigam a fornecer aos seus empregados cópia do instrumento de rescisão contratual; e quando o desligamento se der por justa causa, no ato da comunicação deverá constar o motivo que deu causa à rescisão motivada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL**

As empresas se obrigam a comprovar o pagamento das contribuições e dos recolhimentos dos valores devidos por força do presente acordo, por ocasião das homologações das rescisões contratuais junto ao Sindicato Profissional. A comprovação da regularidade relativa àquelas obrigações junto ao Sindicato Patronal somente se fará mediante a exibição de certidão negativa de débito expedida pelo SINDUSCON/RS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DAS RELAÇÕES DE SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÕES - RSC**

As empresas se obrigam a fornecer a todos os seus empregados demitidos ou demissionários as RSC e guias do FGTS, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS DEMISSIONAIS**

Em conformidade com as disposições da NR 7, da Portaria 3214/78, o exame médico demissional será obrigatoriamente realizado até a data da homologação da rescisão, caso o último exame médico ocupacional tenha sido realizado a mais de 180 dias.

### **AVISO PRÉVIO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AVISO PRÉVIO E O NOVO EMPREGO**

Sempre que, no curso do aviso prévio de iniciativa do empregador o empregado comprovar a obtenção de novo emprego, ficará aquele obrigado a dispensar este do cumprimento do restante do prazo do aviso, desobrigando-se, contudo, do pagamento dos dias faltantes ao término do respectivo aviso prévio. A presente obrigação não subsistirá sempre que faltarem menos de 60 (sessenta) dias para o término da obra ou da etapa da obra em que trabalhar o empregado.

### **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES**

#### **FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DEPRECIAÇÃO DE FERRAMENTAS - INDENIZAÇÃO**

Os empregados que usarem ferramental completo, de sua propriedade, receberão os seguintes valores como indenização, os quais, por sua natureza indenizatória não geram reflexos em

qualquer outra parcela contratual:

**I** – Aos carpinteiros de bancada, 5% (cinco por cento) do piso salarial vigente na época do pagamento;

**II** – Aos carpinteiros e instaladores hidráulicos, 3% (três por cento) do piso salarial vigente na época do pagamento;

**III** – Aos pedreiros, pintores, ferreiros e eletricitas, 2% (dois por cento) do piso salarial vigente na época do pagamento.

**Parágrafo único.** Os empregados somente farão jus ao recebimento da taxa estabelecida se possuírem a totalidade das ferramentas abaixo discriminadas; caso não usem ferramental próprio, assinarão declaração comprovatória de tal circunstância, não fazendo jus aos valores acima descritos.

- **PEDREIROS:** Uma colher, um martelo, um prumo de 450 gr., um nível de 16 polegadas, uma escala métrica de 2m., um balde ou similar.
- **CARPINTEIROS DE BANCADA:** Plaina, martelos (grande e para arestas), serrotes (grande e de costas), lima, alicate, grossa, marreta, torquês, prumo, nível, formões, esquadro, brocas de diversas bitolas, travadeira, chave de fenda, raspador, pedra de afiar e chaira.
- **CARPINTEIROS:** Um serrote de 20 polegadas, um martelo de 530 gr., um esquadro de 12 polegadas, um nível de 16 polegadas, um prumo de 150 gr., uma escala métrica de 2m., uma machadinha e um lápis de carpinteiro.
- **PINTORES:** Três pincéis (um de 0,5 polegada, um de 1,0 polegada, e um de 3,0 polegadas), trincha grande, uma espátula de 4,0 cm., e outra de 8,0 cm., um rolo de espuma e uma bandeja.
- **FERREIROS:** Uma escala métrica de 2,0m., uma torquiza de ferreiro de 10,0 polegadas e um lápis.
- **INSTALADORES HIDRÁULICOS:** Escala métrica de 2,0 metros, serra, maçarico, martelo e tarrachas de diversas bitolas.
- **ELETRICISTAS:** Uma escala métrica de 2,0 metros, alicate de pressão, martelo, marreta, voltímetro e chave teste.

## OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APOSENTADORIA

Ao empregado com mais de cinco anos de serviços contínuos prestados ao seu atual empregador e que esteja a um máximo de doze meses do tempo para obter o direito a aposentadoria voluntária ou por idade, o empregador se compromete a garantir-lhe o emprego ou os valores correspondentes as contribuições previdenciárias pelo período faltante a obtenção da aposentadoria, desde que o empregado comunique o fato, formalmente, por escrito, ao empregador.

## JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

### COMPENSAÇÃO DE JORNADA

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - REGIME DE COMPENSAÇÃO DO SÁBADO

Será adotada jornada semanal de 5 (cinco) dias, autorizando-se a compensação, com acréscimo diário no curso da semana, para exclusão dos sábados, assegurado o limite legal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**Parágrafo Único.** Sendo o regime de compensação dependente unicamente de acordo ou convenção coletiva, pelo que dispõe o art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, fica excluída a incidência de qualquer adicional remuneratório a título de horas extraordinárias sobre o horário previsto para a compensação, ainda que o trabalho desenvolvido, por qualquer empregado, seja ou venha a ser reconhecido como insalubre, penoso ou perigoso, quer por decisão judicial, arbitral, acordo, ou reconhecimento espontâneo.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS**

Os empregadores representados pelo suscitado que tiverem interesse na adoção do Regime de Compensação – BANCO DE HORAS – nos termos da Lei 9.601/98, deverão encaminhar proposta escrita, acompanhada da relação dos empregados, ao Sindicato Profissional que se compromete – submetendo à Assembléia Geral dos Trabalhadores envolvidos e havendo anuência dos mesmos – firmar o respectivo Acordo Coletivo, observados os critérios fixados pela legislação pertinente, os domingos e feriados e o disposto expressamente no presente acordo. A utilização das horas do Banco será feita, alternadamente, pelos empregadores e pelos empregados, não podendo ultrapassar ao máximo previsto em lei.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ACORDOS DE COMPENSAÇÃO HORÁRIA**

Para todos os efeitos do que dispõe o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, as partes ora acordantes convalidam todos os acordos individuais e ou coletivos de prorrogação de jornada para compensação horária celebrados no seios das respectivas categorias profissional e econômicas, bem como haverão de ser tidos como válidos todos os acordos de igual conteúdo que vierem, também, a ser celebrados no curso da vigência do presente acordo.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR**

### **CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - VESTIMENTAS DO TRABALHADOR**

Considerando os termos constantes do item 18.37.3 da Norma Regulamentadora NR-18, da Portaria MTb nº 3.214/78, e não havendo necessidade da utilização de uniformes, o empregador fornecerá gratuitamente aos seus empregados as vestimentas de trabalho, sendo permitido o uso de bermudas, camisetas, etc., desde que adequadas às condições climáticas, recomendando-se, para fins de negociação entre a empresa e seus empregados a análise do Quadro de Delimitação de E.P.I. e Uniforme por Cargos, elaborada e aprovada pelo Comitê Permanente Regional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção – CPR / RS.

### **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**



## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas se obrigam a reconhecer os atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais credenciados pelo suscitante, através de convênio com a Previdência Social, desde que a Empresa não possua serviço próprio.

## PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONDIÇÕES PARA INDICAÇÃO DE MÉDICO DO TRABALHO

As empresas com mais de 10 (dez) empregados e com até 20 (vinte) empregados, estão desobrigadas de indicar médico do trabalho coordenador, nos termos do item 7.3.1.1.2 da NR-7 da Portaria nº 3.214/78.

## RELAÇÕES SINDICAIS

### ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

Desde que previamente ajustado com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, as empresas permitirão a visita de membros da Diretoria do sindicato profissional ou de preposto devidamente credenciado através de credencial que será, obrigatoriamente, emitida pelas duas entidades ora acordantes, pena de invalidade do documento, com o objetivo de propiciar a fiscalização do cumprimento do presente acordo e a distribuição de boletins ou convocações do sindicato laboral que objetivem o aprimoramento das relações empregado-empresa. O acesso aqui permitido não se realizará sempre que do mesmo decorrer a paralisação de serviços inadiáveis ou que não possam sofrer solução de continuidade.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados, em setembro/2011 e Janeiro/2012, o equivalente a sete horas e vinte minutos dos seus salários, comprometendo-se a recolher os valores descontados aos cofres do suscitante no prazo de até 10 (dez) dias, aos cofres do Sindicato Profissional. O não cumprimento da obrigação ora pactuada em seus valores e datas acima, implicará na aplicação de uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor descontado e não recolhido, mais correção monetária nos moldes fixados para a legal correção dos débitos trabalhistas. Na hipótese de reclamatória trabalhista para haver o cumprimento dessa obrigação, a correção ora ajustada será compensada da correção monetária que, eventualmente, venha a ser decretada em julgamento.

**Parágrafo Primeiro** - As empresas se obrigam a comprovar o pagamento das contribuições previstas no *caput* acima, por ocasião das homologações das rescisões contratuais junto ao suscitante. A comprovação da regularidade relativa àquelas obrigações junto ao suscitante somente se fará mediante a exibição de certidão negativa de débito pelo mesmo expedida.

**Parágrafo Segundo** – Aos empregados é assegurado o direito de opor-se ao desconto, desde

que manifestado individualmente e por escrito na sede da entidade sindical profissional no prazo de 10 (dez) dias após a data do registro do presente convenção.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo segundo convenente recolherão aos cofres deste, às suas próprias expensas, duas parcelas, cada uma no equivalente ao total de um dia dos salários de todos os seus empregados, já reajustados e referentes aos dias 1º/JUNHO/2011 e 1º/NOVEMBRO/2011. Ambos recolhimentos aqui convencionados, cujos respectivos bloquetes bancários serão emitidos pelo segundo convenente, ficam subordinados, cada um, a um mínimo de **R\$ 580,00** e a um máximo de **R\$ 7.100,00**, vencíveis após a data de protocolo junto a SRTE/MTE. O não cumprimento da obrigação sujeitará a empresa inadimplente a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - PRINCÍPIO DA COMUTATIVIDADE**

O princípio que norteou o presente acordo é o da comutatividade, tendo as partes transacionado direitos para o alcance do equilíbrio necessário para viabilizar o acordo. As partes se declaram satisfeitas pelo resultado alcançado; declaram também que eventual direito flexibilizado numa cláusula contou com a correspondente compensação em outra, de modo a tornar o presente instrumento um conjunto de regras interligadas e harmônicas.

### **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA PRESENTE CONVENÇÃO**

Pelo descumprimento de cláusula deste instrumento, será devido pelo infrator em favor do suscitante, uma multa no valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais), independentemente de permanecer a obrigatoriedade de cumprimento da cláusula infringida.

**Parágrafo único.** Não haverá incidência da multa a que se refere o “caput” desta cláusula, quando a cláusula infringida estabelecer penalidade distinta.

### **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - EFICÁCIA DAS CLÁUSULAS**

Na hipótese de ausência de manifestação expressa e conjunta das entidades ora acordantes acerca da prorrogação ou revisão parcial ou total das disposições deste acordo, até o termo nele fixado, as condições, aqui estabelecidas, perderão, de pleno direito, sua eficácia.

**ACIR CAMARGO MOURA  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DEPELOTAS**

**PAULO VANZETTO GARCIA  
PRESIDENTE  
SIND DAS IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DO R G S**



